

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Democracia, revolução burguesa e marxismo: Florestan Fernandes e a “redemocratização”			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Hugo Alexandre de Lemos Bellucco	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Os artigos de conjuntura que Florestan Fernandes publicou entre 1972 e 1981 possuem duas vertentes importantes: a reflexão sobre a democracia e sobre a função social dos cientistas e intelectuais no Brasil. Esses artigos trazem a marca das circunstâncias sobre as quais foram escritos, são intervenções teórico-políticas informadas por uma análise marxista do capitalismo brasileiro, por uma postura intelectual empenhada na oposição ao regime ditatorial e, ao mesmo tempo, por uma visão crítica do modo como se daria a transição ao regime democrático. Essas análises conjunturais publicadas em jornais e revistas estavam, em grande parte, informadas pelas conclusões sobre a longa revolução burguesa brasileira, publicadas em livro em 1975. Neste estudo, trata-se de sugerir instrumentos de análise do momento presente a partir do diálogo com as leituras de Florestan sobre a nossa “democracia de cooptação” ou “democracia tutelada”, que se anunciava no processo de abertura política e constitui, simultaneamente, um capítulo atual do tempo mais longo da construção da sociabilidade capitalista no Brasil.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Democracia; revolução burguesa; ciências sociais			
ABSTRACT			
<p>The articles that Florestan Fernandes published between 1970 and 1981 have two important strands: a reflection on democracy and the role of social scientists and intellectuals in Brazil. These articles bear the stamp of the circumstances on which they were written, theoretical and political interventions are informed by a Marxist analysis of Brazilian capitalism, a committed intellectual stance in opposition to the dictatorial regime and, at the same time, a critical view of how would be a transition to democratic rule. These conjunctural analysis published in newspapers and magazines were informed by the findings of the long Brazilian bourgeois revolution, published in book form in 1975. In this study, it is suggested tools for analysis of the present moment from the dialogue with the readings Florestan about our "democracy of cooptation" or "tutored democracy", which was announced in the process of political opening and is both a chapter's current longest time construction of capitalist sociality in Brazil.</p>			
KEYWORDS			
Democracy; bourgeois revolution; social sciences			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

I

Nos artigos, entrevistas e conferências que Florestan Fernandes publicou ao longo da década de 1970, destacam-se três preocupações fundamentais: a afirmação do papel dos cientistas sociais na transformação da sociedade circundante, a particularidade do tipo de dominação de classe que se consolidou com o capitalismo dependente no Brasil e os limites do processo de “distensão” iniciado em 1974. A partir desses eixos, proponho investigar o pensamento desse autor em torno da questão da democracia em algumas análises de conjuntura e exercício de história imediata publicadas na segunda metade da década de 1970. Frequentemente, as *personas* públicas do cientista e do militante aparecem de forma integrada, tanto na produção jornalística quanto nos livros e conferências.

Na organização da coletânea intitulada *Brasil: Em Compasso de Espera*, Florestan Fernandes reuniu algumas dessas intervenções na conjuntura, em grande parte publicadas nas páginas de jornais como *Movimento*, *Em Tempo*, *Folhetim*, *Coojornal* e outros. Publicada em 1980 pela coleção *Pensamento Socialista* (organizada pelo próprio autor para a editora Hucitec), o livro apresenta-se como uma coletânea de “compactos críticos” e como documento da “tensão intelectual engajada na negação da ordem”, representada por aqueles jornais:

Por isso, os pequenos escritos e os ensaios constituem documentos da situação contemporânea, indicam os interstícios e as frestas que se abriram no ataque corpo a corpo com a ditadura. E indicam, também, como essas pequenas oportunidades foram aproveitadas pelo pensamento socialista que punha a seu serviço um bom treino sociológico. Os pequenos jornais da “imprensa alternativa” (ou *nanica*) e os jornalistas rebeldes avançaram a ponto de serem o meio necessário – e por vezes único – da frente mais avançada de contestação e de luta. O “compacto crítico” era, de fato, um trabalho de cooperação, que tirava o intelectual do isolamento e delimitava as fronteiras da história viva¹.

Tal posição estratégica dos jornais para que se produzissem tais “compactos críticos” correspondia à necessidade, cada vez mais ressaltada por Florestan, de intervenção dos cientistas sociais no debate político e no circuito dos órgãos de comunicação voltados para o questionamento da ordem existente. A expansão da universidade sob o autoritarismo provocava, ao mesmo tempo, tendências de fechamento e controle, mas os movimentos de reorganização política dos intelectuais

¹ FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

e editores proporcionava espaço para um tipo de atuação, um estilo de reflexão e uma forma de produção características do ensaio curto e do artigo, voltados para aspectos da conjuntura, mas firmemente ancorados numa experiência de pesquisa universitária e amparada em sólido debate com a teoria social. Em 1973, a apresentação do número inaugural da revista *Debate e Crítica*² (nesse número foi publicada, como artigo independente, a introdução à terceira parte de *A Revolução Burguesa no Brasil*, dois anos antes da publicação do livro na íntegra), expressa de forma contundente esse tipo de problema:

Sente-se, hoje, que é universal a necessidade de restabelecer os vínculos dos cientistas sociais com o resto da comunidade intelectual e, principalmente, com o público leigo e com os setores marginalizados da sociedade. Depois de um longo e intenso processo de “cientificação”, o conhecimento produzido pelas ciências sociais acabou perdendo contato com as realidades da vida, o que adulterou ou anulou as identificações que o articulavam ao sentido histórico dos movimentos sociais³.

Possivelmente escrita por Florestan⁴, essa apresentação de *Debate e Crítica*, assim com a própria revista, exemplifica uma discussão que se apresentava de forma bastante intensa, na década de 1970: a importância da intervenção dos cientistas sociais na conjuntura. Além da necessidade de agir contra a ditadura e contra o cerceamento da vida política e cultural, trata-se da recuperação dos laços sociais e políticos do cientista social, como decorrência de uma postura frente à prática científica. O problema é expresso, no texto em questão, pela via das “polarizações” (procedimento metodológico típico de outros textos de Florestan) dos papéis sociais cumpridos coletivamente por esse grupo:

Criar e difundir uma imagem do cientista social que responda, ao mesmo tempo, à polarização restrita dos papéis intelectuais do cientista social (como produtor de um conhecimento especializado) e à sua polarização mais ampla (na qual esse mesmo conhecimento aparece como força histórico-social e, portanto, como fator de conservação ou de transformação de uma ordem social existente), é nosso alvo perene e maior⁵.

A recusa em aderir à especialização como alternativa unilateral era, também, uma preocupação dos jornalistas que se empenharam, naqueles anos, na “imprensa nanica”. Nota-se um

² A comissão editorial de *Debate e Crítica* era formada por Florestan, Jaime Pinski e José de Souza Martins.

³ “Apresentação”, **Debate & Crítica**, São Paulo, n. 1, jul-dez. de 1973, p. 2.

⁴ Essa suposição deriva do problema levantado no texto em torno da valorização da cientificidade e do “controle racional da realidade” como uma necessidade que deveria acompanhar a conquista de espaços de intervenção intelectual para os cientistas sociais na sociedade brasileira.

⁵ *ibidem*

movimento complementar de militantes da imprensa oposicionista e sociólogos que associou a afirmação da autonomia intelectual com a atuação política e jornalística. Tal associação é um traço marcante daquela circunstância de mudança das condições de trabalho, como resultado da política de controle e de vigilância consagrada no AI-5, dos expurgos de professores universitários, da tentativa de silenciamento das atividades de oposição e do controle da produção cultural e científica. Esses fatores possibilitaram a formação de um “campo disciplinar”⁶ que não se referiu somente às disputas da sociologia acadêmica, observando-se uma intensa produção intelectual que incidiu diretamente na vida política e no jornalismo.

A dimensão sociológica do conhecimento produzido pelos cientistas sociais é um problema áspero e uma temática das mais perenes, uma vez que os acadêmicos se vêem regularmente, em várias instâncias, convocados a provar a legitimidade do que produzem entre os muros dos laboratórios e das universidades. O problema se coloca de forma especialmente intrincada quando o próprio objeto de estudo é um processo em andamento no qual o pesquisador está envolvido, como é o caso, sempre, das ciências sociais. Essa ligação problemática das ciências sociais com a vida coletiva foi vivida e expressa de forma contundente por Florestan Fernandes, para quem as condições do ofício sob a “tirania de classe” da sociedade brasileira da década de 1970 não permitiam o “momento da omissão”. Uma vez que os procedimentos e resultados da pesquisa social possuem implicações que ultrapassam o campo restrito dos especialistas, as ciências sociais, sobretudo em países como o Brasil, teriam uma dimensão política intrínseca cuja explicação está na própria formação histórica do país. Essas afirmações de Florestan Fernandes feitas durante a década de 1970 referem-se a uma posição informada pelo desenvolvimento de pesquisas sociais aplicadas e pelo crescimento do público leitor que acompanha o surgimento dos novos cursos de ciências sociais. Nas condições periféricas de um país com desigualdades tão abissais, o confinamento da discussão sociológica à “comunidade acadêmica” soava, para Florestan, como privilégio e disparate, uma vez que o crescimento quantitativo do aparato educacional levado a cabo pelos governos ditatoriais não implicava, necessariamente, uma mudança positiva quanto ao papel dos intelectuais na melhoria da vida em sociedade. Essa percepção foi apresentada pelo autor, em 1975⁷, com a seguinte pergunta:

⁶ A expressão é de Michel Burawoy e indica uma tentativa de ampliação da própria noção de campo científico, ao incluir no campo sociológico o conhecimento produzido pelas sociologias que são “públicas, orgânicas, ativistas”. Cf. BURAWOY, Michel. “A Economia Política da Sociologia: Marx encontra Bourdieu”. In: BURAWOY, Michel. *O Marxismo encontra Bourdieu*, p. 42.

⁷ FERNANDES, Florestan. “A ditadura militar e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina” In: *Circuito fechado*. São Paulo: Globo, 2010, p. 145. O texto mencionado foi escrito em Toronto, em 1970, conforme esclarecimento do próprio Florestan Fernandes, na apresentação da segunda parte da coletânea.

O que esperar de uma sociedade ou de uma civilização nas quais os intelectuais assistem impassíveis à brutalização do homem, enquanto desfrutam, com ou sem requintes mas sempre com afinco, o seu “nível de vida” e os seus pequenos ou grandes privilégios?

A indagação acompanhava, no caso de Florestan, a percepção aguda de um processo que ultrapassava a dimensão político-institucional da ditadura empresarial-militar que o aposentara, compulsoriamente, em 1968. O sociólogo dirá então, com a legitimidade de quem lutara pela educação pública desde a década de 1950 e de quem participava das discussões sobre a reforma e a ampliação da universidade antes do golpe, que o modelo universitário e a formação dos estudantes universitários vinham tomando uma direção contrária ao papel declarado pelas reformas do regime, que seria elevar a universidade a fator estratégico para o desenvolvimento nacional. Ao contrário, segundo Florestan, a manutenção dos padrões de distribuição de renda e a estrutura ocupacional da sociedade brasileira, que aquele modelo de desenvolvimento aprofundava, tendiam a renovar, por um lado, o “isolamento cultural” das elites universitárias e, por outro, “o padrão tradicional de aproveitamento dos graduados pela sociedade”⁸.

A impressionante produção do sociólogo na década de 1970 tem como uma de suas preocupações fundamentais as condições de produção das ciências sociais nos quadros do capitalismo dependente, e corresponde a um momento de radicalização política desse autor, quando seus diagnósticos a respeito do caráter da revolução burguesa e da modernização conservadora no Brasil o levariam, já durante a derrocada da ditadura, a questionar a possibilidade de que a mudança anunciada rumo à democracia formal pudesse trazer um novo papel para a universidade no processo de modernização e de universalização do acesso aos bens culturais. Nesse contexto, a reflexão sociológica sobre a universidade e sobre a atuação dos cientistas no Brasil adquirem um sentido particularmente importante e, muitas vezes, cético, com o diagnóstico do fechamento do trabalho dos cientistas no “círculo de ferro” de sua classe.

No mesmo ano da publicação de *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes assinaria, no semanário *Opinião*, o texto “Tirando o Socialismo da Quarentena”⁹, cujo título anuncia uma ordem de preocupações que só iria acentuar, na trajetória do autor, seu posicionamento cada vez mais explícito pelo socialismo. O tema é o engajamento dos cientistas e a questão controversa da autonomia das ciências sociais. Ao lado da defesa da objetividade científica, Florestan afirma, nesse texto, que a omissão política não só é anti-científica, mas também ameaça a própria autonomia do campo, pois “a omissão conduz à neutralização da ciência e à associação aos processos espúrios pelos quais se corrompe a investigação sociológica”. A resposta de Florestan a

⁸ idem, p. 265

⁹ FERNANDES, Florestan. “Tirando o socialismo da quarentena”, *Opinião*, 20/06/1975.

respeito dessa “neutralização política” da ciência na civilização burguesa levaria-o à afirmação militante do socialismo como o modo de infundir na investigação sociológica uma dimensão prospectiva e autônoma.

O difícil equilíbrio dessa posição surge como exigência do contato sistemático do sujeito da pesquisa com o mundo social em “guerra civil oculta”¹⁰ onde ele age e se situa como cientista. Nas sociedades de capitalismo periférico, diria ainda Florestan, tal imperativo histórico teria colocado para o trabalho sociológico, desde o início de sua institucionalização, uma escolha entre a reprodução consciente e subordinada da ordem fundada na divisão social do trabalho e a mobilização dos procedimentos e resultados do trabalho científico em prol da alteração da ordem existente. Nos quadros da ditadura, acentuava-se essa dimensão social do conhecimento sociológico, articulando-se as exigências da objetividade crítica às responsabilidades políticas e à participação militante dos intelectuais. Essa experiência reflete a configuração de um projeto intelectual que assumiu, na sua própria expressão, “a irrupção dos conflitos sociais no horizonte intelectual do sociólogo e na performance da explicação sociológica”¹¹. Não é ocasional, portanto, que o sociólogo tenha se dedicado à produção de uma série de textos de intervenção onde, ao lado da ênfase na ampliação dos efeitos regressivos e desagregadores da modernização autoritária e conservadora que caracteriza a instauração da ordem do capitalismo monopolista no Brasil, afirma-se o papel insubstituível da organização autônoma dos setores espoliados. A defesa aberta do socialismo passa então a ocupar um espaço maior nas intervenções escritas de Florestan Fernandes.

II

A importância da conjuntura de crise política do regime e da reflexão crítica sobre os papéis dos intelectuais na periferia do capitalismo marcaram a produção de Florestan Fernandes nas décadas de 1970 e 1980, quando o autor dedicou boa parte de seus textos ao esforço de perscrutar as condições, os limites e a possibilidade da democracia na sociedade brasileira. Sua reflexão é bastante influenciada pelo diagnóstico pessimista a respeito do projeto de distensão do governo Geisel, anunciado em 1974, articulado a um olhar mais largo e ambicioso sobre os limites postos à democratização da sociedade pelo desenvolvimento *sui generis* do capitalismo no Brasil, em escala temporal ampliada. Esse segundo aspecto de mais longa duração está presente, de forma aguda, na segunda parte da *Revolução Burguesa no Brasil* e no livro *Classes Sociais e Capitalismo Dependente na América latina* (de 1976). As análises de conjuntura, os artigos políticos em jornais e revistas e as reflexões sobre os intelectuais, sobre a sociologia e sobre a universidade completam o

¹⁰FERNANDES, Florestan. *A Ditadura em Questão*. São Paulo: HUCITEC, 1982, p. 26.

¹¹idem, “Tirando o Socialismo da Quarentena”, *Opinião*, 20/06/1975.

perfil de uma produção intelectual intensa, onde se fundiram irremediavelmente as vocações do cientista e do sujeito político.

Para analisar o pensamento de Florestan sobre a questão democrática nos quadros da modernização capitalista no Brasil, este artigo refere-se tanto aos conceitos fundamentais formulados em sua obra sobre a revolução burguesa e sobre o capitalismo dependente, quanto à sua interpretação do contexto singular da segunda metade da década de 1970. Juntos, são chaves de leitura cuja escolha acompanha a tentativa de contemplar, justamente, o diálogo entre a teoria social, a conjuntura histórica e o pensamento político.

O entrelaçamento entre a síntese ensaística de largo alcance e a análise política da conjuntura coloca uma questão para os leitores de Florestan Fernandes nesse período: a partir desse ponto de sua trajetória intelectual, deixa de haver uma separação nítida entre o esforço sociológico de revelar uma “imagem-síntese do Brasil” e os textos de intervenção política. Esse entrelaçamento também se deve a sua visão construtiva da sociologia: a dimensão central da legitimidade do conhecimento foi, para Florestan, a eficácia de sua participação nos processos de mudança social, no planejamento e na racionalização da vida em sociedade.

O “engajamento” de Florestan na segunda metade da década de 1970 é marcado, portanto, pela importância da reflexão sobre os papéis dos intelectuais e pela participação nos jornais e revistas oposicionistas ou semi-acadêmicas, como *Argumento*, *Ensaio de Opinião* e *Movimento*. Igualmente importante para a sua reflexão sobre as possibilidades e limites da democracia no Brasil foi a retomada do fôlego dos movimentos sociais urbanos e do movimento sindical, em particular, na segunda metade da década de 1970. Já lembramos que a atenção redobrada à conjuntura da ditadura civil-militar está presente nas reflexões sistematizadas na segunda parte da *Revolução Burguesa no Brasil*, escritas em 1972, 1973 e 1974, que avançam para a caracterização do regime imposto em 1964 e para alguns exercícios prognósticos sobre o futuro imediato.

A metade da década de 1970 é conhecida como momento de mobilizações populares que ajudaram a forçar os limites do sistema. Essas mobilizações se iniciaram com objetivos imediatos bastante locais e, muitas vezes, sem direção política clara. Por exemplo, os episódios dos “quebra-quebras” na Central do Brasil e no metrô de São Paulo incidiam sobre um ponto crítico do modo de produção capitalista que se generalizava no Brasil: a contradição entre as condições precárias da reprodução da força de trabalho e a sua superexploração. Esses protestos eram impulsionados pelo agravamento das condições da vida urbana que o desenvolvimento do capitalismo no país implicava para a classe trabalhadora, principalmente, após 1974. Iniciadas com apelos locais, com reivindicações específicas em torno do custo de vida e da péssima qualidade dos serviços públicos,

tais manifestações assumiam uma dimensão política imprevista, ao atacarem os efeitos do estilo de crescimento adotado e demonstrarem a ilegitimidade do modelo político. O *Movimento do Custo de Vida* e o *Movimento Contra a Carestia*, por exemplo, foram expressões organizadas desse ciclo de mobilizações, articulados em Associações de Bairro, Sindicatos e Pastorais, na politização das questões cotidianas e na cadeia de efeitos que as privações diárias sugeriam. Entre a experiência da precariedade e da violência e o contexto político fechado que impedia as livres manifestações de descontentamento, alguns sociólogos acadêmicos também encontram uma brecha para a sua constituição como sujeitos do debate político, ingressando no debate dos principais jornais oposicionistas no momento de sua reorganização e, em alguns casos, se aproximando da oposição consentida e seu partido, o MDB, em torno do qual Florestan Fernandes jamais alimentou expectativas.

Após sua aposentadoria compulsória da USP, em 1968, o autor da *Integração do negro na sociedade de classes* passara um período ministrando aulas em universidades dos EUA e do Canadá, onde escreveu parte da sua obra sobre a revolução burguesa. Nesse período consta em sua trajetória intelectual um influxo importante para a sua reflexão em torno da via brasileira para o capitalismo: trata-se da obra de Lênin, que lhe forneceu elementos para enriquecer sua compreensão da história brasileira a partir da dinâmica do capitalismo monopolista e do imperialismo, e, em segundo lugar, da utilização de algumas categorias de Gramsci. Essas referências aparecem, com nitidez, na terceira parte do livro, escrita entre 1972 e 1974, e em outros artigos escritos a partir dessa época. Como já foi lembrado por Carlos Nelson Coutinho, embora na terceira parte Florestan Fernandes não se utilize das categorias de *revolução passiva* ou de *via prussiana*, suas interpretações sobre o desenvolvimento capitalista pela via não clássica e a caracterização do regime implantado em 1964 como uma autocracia burguesa se aproximam da idéia de “ditadura sem hegemonia”, formulada por Gramsci, e da introdução das relações capitalistas “pelo alto”, sem irrupções revolucionárias potencializadas pelo desenvolvimento de novas relações sociais no seio da ordem anterior, oriunda de Lênin. As referências a esses dois autores da tradição marxista para pensar o Brasil aparecem em diversos momentos dessa fase da obra de Florestan como suportes para afirmar a peculiaridade de nosso ingresso na ordem capitalista e o “moderado espírito modernizador” da burguesia brasileira. A referência teórica gramsciana também aparece, pontualmente, na caracterização do último quartel do século XX como uma fase de “crise orgânica” da dominação burguesa¹², e na referência aos usos do conceito de sociedade civil pela parcela dos intelectuais da oposição liberal:

¹² FERNANDES, Florestan. *A Ditadura em Questão*. op.cit, p. 25.

Sociedade civil quer dizer sociedade burguesa, ou, também, sociedade de classes sociais. Esse conceito foi tomado como uma espécie de cavalo de batalha (ou até mesmo um cavalo de Tróia) por muitos grupos e pessoas, principalmente os que Gramsci descreveria como “intelectuais orgânicos da ordem”, como uma fórmula cômoda de passar por baixo do nariz da ditadura (ou por cima do nariz do povo), um simulacro de oposição (ou de omissão aparentemente positiva...). Ora, não se pode separar ditadura e sociedade civil. A sociedade civil em crise, burguesa ou de classes, abre-se para os dois extremos. As classes altas e privilegiadas retiraram a ditadura do seio da sociedade civil; e, além disso, se a ditadura mantém, isso ocorre porque esse setor da sociedade civil é bastante forte para impedir tanto a transformação da sociedade civil como o desaparecimento da ditadura¹³.

Para Florestan Fernandes, 1964 fora o momento da concretização da revolução burguesa, no qual “a burguesia atinge a maturidade e sua plenitude de poder”, em resposta a pressões oriundas, principalmente, de três direções. As pressões internas seriam de dois tipos: de um lado, a reivindicação democrático-nacionalista de setores radicais da pequena e média burguesia; de outro lado, as pressões pela igualdade social e política, oriundas das massas populares. As pressões externas referem-se, logicamente, ao imperialismo. A solução da autocracia burguesa implantada em 1964 foi uma resposta conservadora a essas pressões e veio a ser o rosto político do nosso capitalismo, um capitalismo dependente e “selvagem”. A singularidade dessa nossa “contra-revolução global prolongada”¹⁴ foi um tipo de descompasso aparente entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento político. No texto de Florestan, essa dissociação é aparente porque a fusão do moderno e do atrasado, nossa “dualidade”, foi na verdade funcional para a definição da via brasileira, periférica e dependente, como um tipo de modernização conservadora, conforme a expressão utilizada por Florestan em alusão à obra de Barrington Moore Jr¹⁵. Destaca-se novamente a importância de Lenin como referência teórica: as definições do pensador russo em torno da via prussiana para o capitalismo estão implícitas nessa idéia de uma “autocracia burguesa” como característica da ditadura civil-militar brasileira.

Em sua tentativa de cercar a experiência da generalização da sociabilidade burguesa na sociedade brasileira, outro conceito importante para o autor é o de “capitalismo dependente”, com o qual procurou contemplar a forma específica com que foi estruturada a ordem social competitiva na periferia do sistema. Essa é uma categoria chave para a compreensão de sua análise do Brasil, que o coloca entre os autores dedicados ao estudo dessa forma de sociabilidade que emerge na América Latina e produz configurações políticas características. O capitalismo dependente corresponde ao

¹³ *id, ibidem*, p. 03.

¹⁴ *id, ibidem*,

¹⁵ MOORE, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

momento em que a heteronomia, a condição subordinada do conjunto das sociedades latino-americanas, dá espaço, ao mesmo tempo, para mudanças na estrutura política que se referem à interiorização das decisões, quando a dominação interna e o imperialismo “alcançam o apogeu de sua associação e ‘interdependência’, logrando colocar a acumulação dual de capital e a apropriação repartida do excedente econômico nacional sob o patrocínio e o amparo direto do Estado”¹⁶. Essa configuração do capitalismo monopolista no pós-guerra é chamada por Florestan de fase do “imperialismo total”¹⁷, e corresponde à incorporação das relações sociais capitalistas por cada vez mais amplos setores da sociedade brasileira e se ampliou de forma inequívoca na década de 1970, aprofundando o elo profundo entre os setores moderno e atrasado da nossa formação social. Se essa dualidade marcou nosso desenvolvimento, foi a combinação política da autocracia burguesa, um paradoxo em si mesmo, que representou sua expressão política e possibilitou, pela via da contrarrevolução prolongada, o desenvolvimento econômico e a modernização sob aqueles marcos. O capitalismo dependente é uma realidade histórica que se refere ao plano estrutural-interno, mas é fruto de uma história e de uma ação de classe organizada e determinada, motivada para a realização de seus interesses materiais e para a “dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia”¹⁸

O movimento tortuoso narrado por Florestan sugere, assim, o desfecho conservador e a recorrência das soluções autoritárias, como dispositivos paralisadores das possibilidades de subversão do regime abertas com a diferenciação social ocorrida sob o desenvolvimento da ordem competitiva. Já no início da década de 1980, a possibilidade de uma “revolução dentro da ordem” também colocava o mesmo dilema que o fazia perguntar, em ritmo de desconfiança, sobre a viabilidade da democracia parlamentar e da constituinte tornarem-se ferramentas de renovação social, como obra da frente pluriclassista capitaneada pelo MDB, que tomava as rédeas da oposição liberal no processo de abertura política. Para Florestan, as organizações da classe trabalhadora não podiam deixar de se mover politicamente no sentido de arrancar transformações “dentro da ordem”, assumindo uma tarefa histórica que não é sua, mas que a classe dominante brasileira não quis e não pôde realizar. Entretanto, aos olhos do sociólogo, o limite da “democracia de cooptação” eram sutis e a quimera de uma democracia de conciliação entre os interesses de classe era um artifício de prestidigitação das forças sociais dedicadas à contrarrevolução preventiva. Por isso, a radicalização de Florestan na defesa do socialismo e da luta de classes como horizonte político. Uma vez que os limites da liberalização outorgada recolocavam, na visão de Florestan, os limites para a democracia

¹⁶ FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009 (quarta edição).

¹⁷ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005 (quinta edição), p. 320.

¹⁸ idem, ibidem, p. 340.

no capitalismo dependente, Florestan Fernandes não se entusiasmou com a “abertura democrática”, com o fim do bipartidarismo e com a campanha pela assembléia constituinte.

A falta de compromisso democrático da burguesia associada aos centros imperialistas indica o limite ao qual a reflexão de Florestan, freqüentemente, termina por nos levar, como fatalidade histórica do ritmo da modernidade capitalista no Brasil. Ela também indica, nas concepções militantes do autor em fins da década de 1970, a sugestão do enfrentamento aberto, da ação direta e da desobediência civil como instrumentos da oposição popular para a construção de uma democracia da maioria. Frente às formas de domínio democráticas que precisam reproduzir diariamente os dispositivos de coerção, Florestan foi radical: afirmou a necessidade de que o movimento dos trabalhadores acumulasse uma “massa de violência orgânica”¹⁹ como instrumento de “autodefesa e contra-ataque”. Essa violência tornar-se-ia uma 163 156 força histórica positiva e criadora na medida em que correspondesse a um projeto político pela realização de uma democracia de participação ampliada, sinônimo da “revolução dentro da ordem” que alimentaria objetivos mais radicais, conforme vislumbrou nos momentos de explosão de revolta popular e, principalmente, nas tentativas de organização coletiva autônoma dos trabalhadores urbanos. Essa possibilidade tem sua contrapartida com a emergência de um fenômeno complementar à transição pelo alto: a *democracia de cooptação*, termo cunhado para designar um dos frutos da lógica regressiva da revolução burguesa nos marcos da redemocratização. Reserva-se um lugar importante para a cristalização da luta de classes no âmbito da política de interesses, o que o leva a insistir na organização autônoma da classe trabalhadora no processo de alargamento dos limites da democracia, que não se contradiz com as perspectivas e o horizonte da revolução contra a ordem.

Carlos Nelson Coutinho²⁰ critica a visão extremamente reticente de Florestan em relação à redemocratização apresentada na produção teórica e jornalística posterior à *Revolução Burguesa no Brasil*. Para o autor de *Democracia como Valor Universal*, Florestan subestimou a o processo da chamada transição, que foi “atravessado e contraditado por um processo de abertura, isto é, por um movimento social objetivo que resultou da ativação da sociedade civil, em particular dos segmentos ligados às classes trabalhadoras”. Ainda segundo Coutinho, a subestimação desse fato por Florestan Fernandes o levou a enxergar somente as mudanças “pelo alto”, sem perceber, por exemplo, que a transição contou com a presença de pressões populares, algumas delas incorporadas ao texto da constituição de 1988. A ênfase de Florestan na violência e na dificuldade intrínseca da burguesia brasileira em dominar sob formas mais hegemônicas e consensuais teriam levado o sociólogo

¹⁹ FERNANDES, Florestan. “Nos Marcos da Violência”. In: *A Ditadura em Questão*. São Paulo: T.A Queiroz, 1982.

²⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. “Marxismo e Imagem do Brasil em Florestan Fernandes”. In: *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000

paulista, na interpretação de Coutinho, a valorizar um “estreito dilema” entre autocracia burguesa, ainda que sob formatos “democráticos”, e revolução socialista, concebida como ruptura explosiva.

O dilema demasiado rígido visto por Carlos Nelson Coutinho na obra de Florestan é informado, por sua vez, por uma leitura do pensamento político de Gramsci que dá ênfase às estratégias processuais de conquista da hegemonia (“guerra de posições”) no lugar das irrupções violentas de tomada do poder (“guerra de manobra”), e por uma aproximação da institucionalidade liberal como ponto de partida para a construção de uma estratégia reformista. Apesar da insistência de Florestan Fernandes no pólo da dominação e da violência como dimensões estruturantes da democracia burguesa, é importante frisar que, para este último, a luta contra a ordem também ocorre na luta por direitos dentro da ordem, inclusive pelo “direito à revolução”. Já para Carlos Nelson Coutinho, o elemento dominante na perspectiva da revolução era a democratização, um “valor universal”²¹. Como não poderia deixar de ser, tais diferenças de ênfase entre esses dois gigantes do pensamento socialista brasileiro sobre a questão democrática ecoam e complexificam um antigo debate estratégico da esquerda sobre reforma e revolução, onde a discussão sobre a democracia freqüentemente se instaura.

Quaisquer que sejam os desdobramentos, os eventos que o Brasil presenciou em junho de 2013 fizeram ressoar, sem dúvida, algumas indagações sobre os limites da democracia no Brasil, onde a incorporação de vastos contingentes à cidadania formal não se fez acompanhar de uma integração estável à esfera da sociedade civil burguesa, mesmo entendendo-se esta última como espaço dos direitos individuais e do estado de direito. A questão da violência popular e do ódio de classe contra os símbolos da dominação também se fez presente, embora não correspondesse, nem de longe, à violência organizada e à desobediência civil sistemática que o nosso autor não deixava de vislumbrar como alternativa real para a classe trabalhadora reverter o horizonte da espoliação, da brutalidade institucional e da exclusão.

A possibilidade de uma nova movimentação de massa por uma democracia de participação ampliada chegou a surgir na linha do horizonte, em meados de junho de 2013. A consciência do contraste abismal entre a euforia esportiva e a situação real dos serviços públicos no país parecia inaugurar um novo ciclo de protesto popular, após um refluxo de duas décadas. Ao lado de uma reação em cadeia a partir das condições de reprodução da mão de obra – no caso, o transporte público-, vimos um ensaio de politização repentina, com o surgimento uma parcela jovem da sociedade para quem a imprensa corporativa está em processo de desmoralização veloz. O transformismo dos grandes meios de comunicação e algumas manifestações atávicas do

²¹ COUTINHO, Carlos Nelson. “A Democracia como valor universal”. In: *Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

conservadorismo também se fizeram presentes, reacendendo o anticomunismo, o patriotismo e à repressão crua associada à defesa da ordem e da legalidade. Para usar a terminologia cara a Florestan Fernandes, as polarizações conservadoras e elitistas da aliança no governo se defrontaram com um sinal de fissuras no modelo de democracia. Uma parcela ampliada da sociedade brasileira voltou-se contra a apropriação da democracia pelos empresários e seus representantes. Em parte alheia aos compromissos históricos da proposta socialista, essa movimentação ainda se viu prejudicada em suas possibilidades de crescimento orgânico pela desqualificação do senso comum e coletivo da política e pelo processo de transfiguração do Partido dos Trabalhadores em partido da ordem.

Os protestos de junho apontaram para alguns problemas relegados a segundo plano nos marcos da atual democracia representativa, como, por exemplo, a colonização da política e dos serviços públicos pela economia, pelo mercado, pela propriedade e pelo lucro, reproduzindo as disjuntivas entre democracia e capitalismo mapeadas por Ellen Wood em seu magistral estudo²². O desdobramento ainda tímido dos acontecimentos já permite a reafirmação de uma verdade basilar enunciada por Florestan Fernandes na década de 1970: a mudança dentro da ordem é combatida de forma preventiva pela classe dominante, consciente de que uma democracia de participação ampliada que incorporasse o conflito de classes como horizonte dos organismos políticos autônomos das classes subalternizadas avançaria para movimentos de revolução social. Nessa luta encarniçada, o legado de Florestan Fernandes permanece como um verdadeiro sopro de radicalidade para a crítica política de nossa combalida democracia.

²² WOOD, Ellen Meikisins. *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.